

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ

GABINETE DA PREFEITA
LEI MUNICIPAL Nº 396/2020.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE TENENTE LAURENTINO CRUZ/RN PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021.

A Prefeita Municipal de Tenente Laurentino Cruz/RN;

Faz saber que a Câmara Municipal de Tenente Laurentino Cruz/RN aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º - Esta Lei, estima a receita e fixa a despesa do município de Tenente Laurentino Cruz, para o exercício de 2021, de acordo com a Legislação em vigor compreendendo:

I – O Orçamento Fiscal referente aos poderes do município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, direta e indireta mantidos pelo Poder Público.

II – O orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos da administração direta e indireta a eles vinculados, bem como instituições e mantidos pelos Poder Público.

III – O orçamento de Investimentos proposto pelo Plano Plurianual de Governo em atendimento as necessidades e prioridades da Administração.

Art. 2º - A Receita orçamentária, a preços correntes e conforme a Legislação Tributária é estimada em R\$ 36.073.900,00 (Trinta e seis milhões, Setenta e três mil e novecentos reais), desdobrados nos seguintes agregados:

I – O Orçamento Fiscal, em R\$ 26.617.400,00 (Vinte e seis milhões seiscentos e dezessete mil e quatrocentos reais).

II – O orçamento da Seguridade Social, em R\$ 9.456.500,00 (Nove milhões quatrocentos e cinquenta e seis mil e quinhentos reais).

III – Reserva de Contingência, em R\$ 100.000,00 (Cem mil reais).

Art. 3º - As Receitas são estimadas por Categorias Econômicas, segundo a origem dos recursos, conforme o deposto do Anexo I, desta Lei, e será realizada com base no produto do que for arrecadado na forma de Legislação em vigor, de acordo com seu desdobramento constante do Anexo II assim, discriminados:

Receitas Correntes			R\$	37.650.800,00
Receitas Tributárias	R\$	749.500,00		
Receitas Patrimoniais	R\$	85.000,00		
Receitas de Serviços	R\$	5.000,00		
Transferências Correntes	R\$	36.784.200,00		
Outras Receitas Correntes	R\$	27.100,00		
Receitas de Capital			R\$	1.655.000,00
Alienação de Bens	R\$	5.000,00		
Transferências de Capital	R\$	1.600.000,00		
Outras Receitas de Capital	R\$	50.000,00		
Deduções da Receita			R\$	-3.231.900,00
Deduções do FUNDEB	R\$	-3.231.900,00		
Total Geral			R\$	36.073.900,00

Art. 4º - A Despesa orçamentária fixada, no valor de R\$ 36.073.900,00 (Trinta e seis milhões, Setenta e três mil e novecentos reais), desdobrados nos seguintes agregados:

I – O Orçamento Fiscal, em R\$ 26.617.400,00 (Vinte e seis milhões seiscentos e dezessete mil e quatrocentos reais).

II – O orçamento da Seguridade Social, em R\$ 9.456.500,00 (Nove milhões quatrocentos e cinquenta e seis mil e quinhentos reais).

III – Reserva de Contingência, em R\$ 100.000,00 (Cem mil reais).

Art. 5º - A despesa será realizada segundo as Categorias Econômicas e seus desdobramentos discriminados por funções, subfunções e programas para cada Unidade Orçamentária a seguir discriminada:

Por Categorias Econômicas

Despesas Correntes			R\$	28.354.600,00
Pessoal e Encargos Sociais	R\$	18.542.700,00		
Outras Despesas Correntes	R\$	9.811.900,00		
Superávit do Orçamento Corrente	R\$	-		
Despesas de Capital			R\$	7.619.300,00
Investimentos	R\$	6.286.300,00		
Amortização da Dívida	R\$	1.325.000,00		
Inversões Financeiras	R\$	8.000,00		
Reserva de Contingência			R\$	100.000,00
Total Geral			R\$	36.073.900,00

Por Funções:

Legislativa	R\$	1.047.000,00
Essencial a Justiça	R\$	100.000,00
Administração	R\$	4.972.500,00

Segurança Pública	RS	22.000,00
Assistência Social	RS	1.892.000,00
Saúde	RS	8.805.400,00
Educação	RS	11.417.000,00
Cultura	RS	383.000,00
Direitos da Cidadania	RS	95.000,00
Urbanismo	RS	3.440.000,00
Saneamento	RS	642.700,00
Gestão Ambiental	RS	263.500,00
Agricultura	RS	2.187.000,00
Comercio e Serviços	RS	447.300,00
Transporte	RS	10.000,00
Desporto e Lazer	RS	249.500,00
Reserva de Contingência	RS	100.000,00
Total	RS	36.073.900,00

Por Unidade Orçamentária

Câmara Municipal	RS	1.047.000,00
Gabinete do Prefeito	RS	1.168.500,00
Sec. Mun. Plan Finanças e Controle Orçamentário	RS	2.942.000,00
Secretaria de Administração e Recursos Humanos	RS	779.000,00
Sec. Agro/Meio Ambiente Abast e Recursos Hídricos	RS	2.663.500,00
Secretaria Municipal de Educação e Cultura	RS	11.665.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	RS	363.700,00
Sec. Mun. de Obras Habitação e Serv. Urbanos	RS	3.561.000,00
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer	RS	380.000,00
Secretaria Mun. de Turismo e Desenv Econômico	RS	574.800,00
Controladoria Geral	RS	83.000,00
Procuradoria Geral	RS	100.000,00
Fundo Municipal de Saúde	RS	8.754.400,00
Fundo Municipal de Assistência Social	RS	1.892.000,00
Reserva de Contingência	RS	100.000,00
Total	RS	36.073.900,00

Art. 6º - Fica o Poder Executivo, respeitados as demais prescrições constitucionais e nos termos do Art. 41 da Lei n.º 4.320/64, autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 8,0% (oito por cento) dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, com a finalidade de incorporar valores que excedem as previsões constantes desta Lei, mediante a utilização de recursos provenientes de:

I – Suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;

II – especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

III – extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

Parágrafo Único – Conforme determina a Lei 4320/64 em seus Art. 42 e 43 só poderá abrir créditos suplementares e especiais por decreto do Poder Executivo, dependendo de prévia autorização Legislativa necessitando da existência de recursos disponíveis e precedida de exposição justificada, para os casos onde haja necessidade de autorização legislativa para créditos adicionais, estes são considerados autorizados e abertos com a sanção e publicação da respectiva lei. Consideram-se recursos disponíveis para fins de abertura de créditos suplementares e especiais, conforme disposto no § 1º do art. 43 da Lei n.º 4.320/1964:

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II – os provenientes de excesso de arrecadação;

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou créditos adicionais, autorizados em Lei;

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las.

Art. 7º - O limite autorizado no artigo anterior, não será onerado quando o crédito se destinar a:

I – Atender insuficiências de dotações do grupo de Pessoal e Encargos Sociais, mediante a utilização de recursos oriundos da anulação de despesa consignada ao mesmo grupo;

II – Atender ao pagamento de despesas decorrentes de precatórios judiciais, amortização e juros da Dívida, mediante utilização de recursos provenientes de anulações de dotações;

III – Atender despesas financiadas com recursos vinculados a operações de créditos e convênios;

IV – Atender insuficiência de outras despesas de custeio e de capital consignados em programas de trabalho das funções Saúde, Assistência e Previdência e em Programas de trabalho relacionados à manutenção e desenvolvimento do Ensino, mediante o cancelamento de dotações das respectivas ações;

V – Incorporar os saldos financeiros, apurados em 31 de dezembro de 2020, e excesso de Arrecadação de recursos vinculados de Fundos Especiais e do FUNDEB quando se configurar receita do exercício superior às previsões de despesas fixadas nesta Lei.

Art. 8º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de créditos por antecipação da receita, com a finalidade de manter o equilíbrio orçamentário financeiro do município observado os preceitos legais aplicáveis à matéria, até o limite de 7% (sete por cento) da receita Corrente.

Art. 9º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar e oferecer garantias a empréstimos voltados para o saneamento e habitação em áreas de baixa renda.

Art. 10º - O Prefeito no âmbito do Poder Executivo poderá adotar parâmetros para utilização das dotações, de forma a compatibilizar as despesas à efetiva realização das receitas, para garantir as metas de resultado primário conforme determinações contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 11º - O repasse para manutenção do Poder Legislativo, será realizado no dia 20 de cada mês correspondendo a 7% (sete por cento) do somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159 (Incluído pela Emenda Constitucional n.º 25, de 2000),

receitas arrecadadas pela Média Provisória nº 462/2009 e das receitas arrecadadas pela Lei 12.058/2009 e aquelas regidas pela Lei 9.703/1998, efetivamente realizado no exercício anterior desta Lei conforme EC 29-A I.

Art. 12º - Esta Lei entrará em vigor a partir de 01 de janeiro de 2021, revogando-se as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.

Aos 23 de dezembro de 2020.

SUELEIDE DE MORAIS ARAÚJO

Prefeita Municipal

CPF: 878.370.304-78

Publicado por:
Miqueias de Araújo Souza
Código Identificador:514B8D92

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 29/12/2020. Edição 2429

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<http://www.diariomunicipal.com.br/femurn/>